

ÉTICA DA COMPAIXÃO: UM CONTRAPONTO AO RIGOR DA MORAL KANTIANA

ETICH OF COMPASSION: A COUNTERPOINT TO THE RIGOUR OF THE KANTIAN MORAL

Mônica Saldanha Dalcol¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo explicitar de maneira breve em que consiste a proposta ética desenvolvida pelo filósofo Arthur Schopenhauer a partir da sua crítica direcionada a ética kantiana. Schopenhauer encontra-se entre aqueles filósofos denominados não intelectualistas e propõe que a ação moral não ocorre com base na razão, mas através do sentimento de compaixão. O valor moral de uma determinada ação ocorre quando a ação for realizada tendo em vista apenas o outro, isto é, quando ela é totalmente isenta de motivações egoístas, a chamada “ação desinteressada”. Através da experiência dessa ação, o ser humano nega a vontade de vida e encontra uma via de suspensão “momentânea” do ciclo da vontade, sendo conduzido a reconhecer a essência íntima de todos os seres – a Vontade. O grau mais elevado de negação da vontade é a renúncia ética: a supressão de todo caráter.

Palavras-chave: Ética, Schopenhauer, Kant, imperativo categórico e compaixão.

Abstract

This paper aims to explain briefly what is the ethical proposal developed by the philosopher Arthur Schopenhauer from its criticism directed to the Kantian ethics. Schopenhauer was among those philosophers called by non-intellectualist and proposes that moral action is not based on reason, but through the sense of compassion. The moral worth of a particular action occurs when the action is performed in view only the other, that is, when it is totally free from selfish motives, the "disinterested action." Through the experience of this action, the human being denies the will to life and finds a means of suspension "momentary" cycle will be conducted to recognize the intimate essence of all beings - the Will. The higher degree of denial of the waiver will be ethical, the suppression of every character.

Keywords: Ethics, Schopenhauer, Kant's categorical imperative and compassion.

Introdução

A proposta desse artigo é apresentar alguns elementos da ética kantiana a luz da crítica desenvolvida por Schopenhauer e, posteriormente, apresentar de forma breve aspectos essenciais da ética da compaixão desenvolvida por Schopenhauer, bem como algumas críticas contemporâneas a sua formulação.

A história da ética está repleta de posições que investigam o que fundamenta a ação moral. Este problema da busca pelo fundamento da moralidade consiste em determinar, por exemplo, se a moralidade funda-se na razão ou no sentimento. Dentre as diversas formulações encontramos duas consagradas abordagens: de um lado a ética do dever desenvolvida por Kant, e de outro a ética da compaixão elaborada por Schopenhauer. Para Kant a ação moral é empreendida a partir do cumprimento rigoroso ao mandamento racional do dever. O

¹ Mestranda em Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: monica.dalcol@hotmail.com

cumprimento do dever se dá por sua instituição nas faculdades racionais do ser humano como um *imperativo categórico*: “Age apenas segundo a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal.” (KANT, 2010, p.215).

A consequência decisiva da concepção da ação moral pautada pelo cumprimento do dever é a inexistência total de interesse do indivíduo que estabelece a ação boa em relação àquele que é alvo da ação. Assim, as ações fundadas no sentimento de afeição são desconsideradas no sistema moral kantiano, pois tais ações seriam motivadas por impulsos ou sentimentos e não pela reflexão e aplicação da razão prática pura. Conforme pode ser reconhecido a partir dessa descrição, na ética kantiana os imperativos do dever representam a instância fundamental de motivação e obrigação da ação.

Por outro lado, encontramos na filosofia de Schopenhauer uma fundação peculiar da ética, que tem como fundamento o sentimento de compaixão. Para que se torne claro a explicitação acerca dos elementos presentes na filosofia de Schopenhauer, se faz necessário situarmos em que cenário filosófico o autor está inserido. Ele é um entre aqueles filósofos denominados de “filósofos da vida”, e foi através da chamada “filosofia da vida” que tivemos pela primeira vez na História da Filosofia uma crítica ao logocentrismo\intelectualismo. Como afirma Schnadelbach acerca da filosofia da vida:

(...) Ela não pode ser interpretada como uma mera oposição à filosofia acadêmica ou como uma busca do <<sentido da vida>> e, certamente, não como uma filosofia de orgânico: é uma posição filosófica que se situa como fundamento e critério algo que se opõe essencialmente a racionalidade, a razão, o conceito ou ideia: é a vida como algo irracional. (SCHNADELBACH, 1991, p.175).

Partindo do pressuposto que a vida tem como essência a Vontade – elemento primordial e universal que constitui o mundo e todos os seus fenômenos mediante a luta e o conflito, temos a teoria metafísica da Vontade desenvolvida por Schopenhauer. Nesse cenário da metafísica da Vontade, o filósofo recusa a posição privilegiada ao ser humano de ser racional e passa a ser uma manifestação, em um grau mais elevado, dessa Vontade; ele não é mais um ser “digno”, como na filosofia kantiana, que detém uma posição especial em relação aos outros fenômenos do mundo, considerado como "fim em si mesmo". Ele é, antes de tudo, um animal perverso “por excelência”, ao contrário dos outros animais, que, segundo Schopenhauer, age movido pela necessidade: “O homem é o único animal que incute dor ao outro sem nenhum outro fim a não ser este.” (SCHOPENHAUER, 2001, p.254).

Assim, através desse aspecto da compreensão de natureza humana, não será a dignidade que constituirá o fundamento da moral, nem a faculdade da razão (visto que ela está

a serviço da Vontade). É somente através do reconhecimento da fraqueza e do padecimento em que os seres humanos (e os animais) encontram-se, que o ser humano é conduzido à posição de compaixão: é esse sentimento que será determinante para definirmos se uma ação é dotada ou não de valor moral.

Kant e o “enfadonho dever”

Kant é conhecido na História da Filosofia por ter desenvolvido uma fundamentação rigorosa acerca da moral. As leis práticas não têm apenas a possibilidade de determinar uma ação, mas sim de determiná-la de modo absoluto. Justamente por isso elas precisam ser incondicionadas, concebidas *a priori*. É através da razão como conceito universal, concedido a título de lei, que encontramos a justificação da moralidade. Mas, como afirma Tugendhat, ela é uma “justificação altamente estilizada”, é “a razão nas alturas”.

Princípios empíricos nunca servem para sobre eles fundar leis morais. Pois a universalidade com que elas devem valer para todos os seres racionais sem distinção, a necessidade prática incondicional que por isso lhes é imposta desaparece quando o fundamento dela se deriva da particular constituição da natureza humana ou das circunstâncias contingentes em que ela está colocada. (KANT, 2010, p.87).

Na “*Fundamentação da metafísica dos costumes*”, Kant deixa claro que seu objetivo é elaborar uma doutrina moral que estivesse desprendida, isto é, livre de características empíricas. Partindo desse pressuposto, os conceitos presentes na sua ética do dever são desenvolvidos com base em conceitos práticos que se encontram *a priori* na nossa razão: “Ora, a lei moral, em sua pureza e genuinidade (que é o que mais importa no domínio prático) não deve ser buscada em nenhum outro lugar senão em uma Filosofia pura.” (KANT, 2010, p.75).

Nessa busca se constituirão os dois principais propósitos presentes na *Fundamentação da metafísica dos costumes*: o primeiro se atém na investigação das fontes dos princípios práticos, que Kant denomina de “ordem especulativa”; o segundo é a necessidade de um “fio condutor” que norteie as ações.

Através da investigação dos princípios práticos, a razão exerce na ética kantiana o alicerce para a garantia da moralidade. A racionalidade e a moralidade caminham juntas, e é necessariamente pelo o fato de que somos seres racionais que agimos moralmente porque, ao contrário de outros seres, temos a capacidade de agir através da “representação de leis”. Esta é necessária para nosso agir moral, pois, segundo o autor, não possuímos uma vontade divina, tornando-se necessário algo que regule a nossa vontade, mais especificamente, “as

imperfeições subjetivas” da vontade de um determinado indivíduo. Portanto, será através dos imperativos que se tornará possível exprimir “as relações objetivas do querer em geral com a imperfeição subjetiva da vontade deste ou daquele ser racional, por exemplo, da vontade humana.” (KANT, 2010, p.189).

Este “querer em geral” presente na doutrina kantiana só se constitui como "querer moral" quando é determinado, estritamente, pelo imperativo categórico: “O dever está situado (enquanto dever geral) antes de toda experiência na ideia de uma razão determinante a priori...” (KANT, 2010, p.167). Com isso, temos a obrigatoriedade das próprias normas, ou seja, a sua validade já está posta a priori. Portanto, na ética kantiana são os imperativos do dever que representam a instância fundamental de motivação e obrigação da ação. Sendo assim, são rejeitadas as ações fundadas no sentimento de afeição, pois, tais ações seriam motivadas por impulsos ou sentimentos e não pela reflexão e aplicação da razão prática pura. Por fim, é através do o imperativo categórico que Kant proporciona à moralidade um critério objetivo universalizável: é através do cumprimento do dever, o fundamento que determina o querer humano, que constatamos a moralidade presente em uma determinada ação humana e não na própria ação. “O que importa não é a ação que a gente vê, mas aqueles princípios íntimos da mesma que a gente não vê” (KANT, 2010, p.167).

A crítica ao “enfado do dever”

Para Schopenhauer, o maior erro cometido por Kant foi o de ter usado a sua belíssima distinção, presente na *Crítica da razão Pura*, entre conhecimento a priori e a posteriori para aplicá-la no campo da moral.

Desde que Kant transpôs o método que ele tinha aplicado de modo tão feliz na filosofia teórica para a filosofia prática, tendo querido separar aqui o puro conhecimento a priori do empírico a posteriori, admitiu que, do mesmo modo que conhecemos a priori as leis do espaço, do tempo e da causalidade, também, ou de modo análogo, o fio de prumo moral para nosso agir nos é dado antes de toda experiência e se exterioriza como imperativo categórico, como deve absoluto. (SCHOPENHAUER, 2011, p.35)

O conceito de dever incondicionado elaborado por Kant, segundo o filósofo metafísico, não funciona no plano prático, pois ele não comporta a ideia de uma necessidade incondicional. Colocá-la no plano prático é uma contradição *in adjecto*. Para Schopenhauer o

conceito de dever incondicionado só funciona tendo em vista a recompensa ou o castigo². Kant, segundo o autor, teria herdado a forma presente da teologia. Isto é, em forma de mandamento, Kant apenas utilizaria disfarçadamente pressupostos teológicos, como os conceitos de dever absoluto, obrigação e leis morais³.

Para Schopenhauer o dever kantiano é uma afronta ao que ele chama de sentimento moral genuíno: “Combinações artificiais de conceitos de qualquer espécie não podem nunca, quando se leva a sério o assunto, conter o verdadeiro impulso para a justiça e a caridade” (SCHOPENHAUER, 2001, p.108). Assim, a crítica à ética kantiana tem dois aspectos centrais, o primeiro tem como base a crítica ao conceito de razão - para Schopenhauer a razão não seria tão poderosa a ponto de dar origem e de fundamentar a moralidade; outro aspecto essencial é a crítica ao fato da moral ser cognoscível a priori, isto é, independente da experiência. Schopenhauer, como um defensor da ideia que a moralidade está intimamente ligada com a vida efetiva dos seres humanos, critica o formalismo kantiano e recusa um fundamento da moral meramente intelectual.

A proposta de Schopenhauer: a ética da compaixão

A apresentação da compaixão como fundamento da moral foi desenvolvida detalhadamente por Schopenhauer na Dissertação *Sobre o fundamento da moral*, mas na sua principal obra *O mundo como vontade e como representação* ela já está presente, em especial no livro quarto. Nesta obra Schopenhauer elabora e desenvolve a sua doutrina metafísica da vontade, e ela tem como ponto de partida a dupla visão do mundo: como vontade e como representação.

A ética de Schopenhauer situa-se no campo empírico, isto é, ela tem como tratamento e enfoque principal o modo efetivo de como os seres humanos agem e a investigação de até onde um determinado indivíduo pode avançar na afirmação da sua própria vontade. Dessa forma, a proposta oferecida pelo autor é meramente descritiva, isto é, ele não tem o intuito de prescrever nem elaborar doutrinas do dever, mas demonstrar como ocorre o fenômeno da compaixão e como o mesmo é o que de fato fundamenta a ação moral: “O filósofo assim

² É simplesmente impossível pensar uma voz que comanda, venha ela de dentro ou de fora, a não ser ameaçando ou prometendo. (SCHOPENHAUER, 2001, p.27).

³ Dito de forma abstrata, o procedimento de Kant é o de ter dado como resultado aquilo que teria de ter sido o princípio ou pressuposto (a teologia) e de ter tomado como pressuposto aquilo que teria de ter sido derivado como resultado (o mandamento). (SCHOPENHAUER, 2001, p.30).

como o ético deve contentar-se com a explicação e com o esclarecimento do dado, portanto com o que é.” (SCHOPENHAUER, 2001, p.23).

Com a filosofia de Schopenhauer, o conteúdo da moral deixa de ser compreendido como proveniente de um mundo racional e governado pelo bem e passa a ser o conflito da afirmação da vontade nos indivíduos. O agir moral encontra-se fora do plano da representação (que é regido pelo princípio de razão), necessitando da formulação do mundo como vontade para desenvolver-se.

O sentimento de compaixão surge, na fundamentação da moral de Schopenhauer, como um evento espontâneo que ultrapassa o egoísmo da vontade, como um momento de negação da vida e, ao mesmo tempo, como instância de garantia da moralidade humana. A compaixão está entre as três motivações elencadas por Schopenhauer que movem as ações humanas, sendo a motivação moral por excelência. As outras duas, o egoísmo e a maldade, são denominadas antimorais. O egoísta, segundo o autor, é aquele que visa através de suas ações apenas os seus interesses próprios; ele é aquele que está situado na multiplicidade dos fenômenos, onde o princípio de individuação mostra sua força. É aquele que enxerga através do véu de maia, e o malévolos é aquele que vai além do egoísta, ele deseja o mal dos outros.

Para que ocorra a ação compassiva, é necessário o espontâneo reconhecimento da unidade da Vontade da qual participam todos os fenômenos - como nos outros seres humanos ou nos animais. Essa capacidade é chamada por Schopenhauer de “consciência sentida” que nos permite reconhecermos o sofrimento do outro, isto é, ser capaz de sentimo-lo como nosso.

A autêntica bondade de disposição, a virtude desinteressada e a pura nobreza não se originam do conhecimento abstrato, embora sem dúvida se originem do conhecimento, a saber, de um conhecimento imediato e intuitivo que não pode ser adquirido ou eliminado via raciocínios. (SCHOPENHAUER, 2001, p.470).

Ainda em relação ao processo da compaixão, o autor aponta para dois graus do efeito da mesma: Um como apenas negativo – não causar injustiça aos outros, “inibir as potências antimorais que habitam em mim”; e o segundo como positivo: “ajuda ativa”.

O segundo grau do processo da compaixão - o grau positivo - consiste no efetivo reconhecimento do sofrimento do outro e, além disso, faz com que ele exerça uma ação a fim de ajudá-lo. “É aqui, portanto, nesta participação imediata que não se apoia em nenhuma argumentação, nem dela precisa, que está à única clara origem da caridade...” (SCHOPENHAUER, 2001.p.160). Sendo assim, podemos constatar que o agir moral, a “consciência boa” consiste nessa ação instintiva que visa única e exclusivamente suprimir o sofrimento alheio - o outro é a única motivação permitida.

A motivação de fazer do sofrimento do outro o meu sofrimento só é possível, como afirmamos acima, através da intuição, do sentir – do sentir como meu - portanto, de forma imediata e espontânea. O que Schopenhauer denomina de “sentir por simpatia”. É este o momento em que ocorre a supressão entre o “eu” (aquele que realiza a ação moral) e aquele que é exclusivamente o motivo da mesma (“o não eu”).

... Só então a situação do outro, sua precisão, sua necessidade e seu sofrimento tornar-se-ão meus. Só então não olho mais como alguém que é para mim estranho e indiferente e totalmente diferente de mim, como me é dado pela intuição empírica, mas eu sofro com ele nele. (SCHOPENHAUER, 2001.p.163).

Sendo assim, podemos afirmar que a ética da compaixão representa uma via para a saída do incessante ciclo da Vontade (a busca desenfreada pela afirmação) e também um modo de reconhecer no outro a mesma natureza (a Vontade). Deste modo, o que caracteriza o agente moral é que ele possa identificar as necessidades do outro como sendo sua. “O outro como eu mais uma vez”.

Para Schopenhauer esse fenômeno pode ser descrito e visualizado em todas as épocas da história da Humanidade através dos atos de caridade. Porém, a razão e os conceitos, segundo o filósofo, não são capazes de dar conta desse fenômeno, justamente por isso o fenômeno da compaixão no seu grau mais elevado acaba por perde-se numa espécie de mística e só a partir dos exemplos empíricos (como a vida dos santos e ascetas) somos capazes de reconhecer a grandeza de tais ações. Por fim, esse ato compassivo será reconhecido pelo autor como “o maior mistério da ética”.

Críticas à ética schopenhaueriana

A explicação que Schopenhauer faz da compaixão originou uma série de críticas. A principal crítica que é feita a abordagem da ética a partir da compaixão é que tal abordagem não é capaz de dar conta da moralidade humana. Essa linha de crítica encontra-se esboçada em dois autores contemporâneos que a formulam através de perspectivas distintas. A primeira crítica, formulada por Tugendhat, consiste em sustentar que a noção de compaixão não pode servir como um conceito moral, pois é apenas um sentimento já pré-dado e, do mesmo, não podemos extrair nada de “universal”, nem de “normativo”, conceitos esses necessários para que seja possível desenvolver uma teoria ética. A moral oferecida por Schopenhauer, segundo o autor, não é propriamente uma moral, ela se detém somente em descrever que existem ações egoístas e ações altruístas, e que essas são movidas pelo sentimento de compaixão. Assim, a

ética schopenhaueriana não dá conta dos direitos morais que não se fundamentam no sofrimento. Além disso, o agir motivado pela compaixão pode trazer consigo consequências indesejáveis: “se nos deixamos conduzir exclusivamente pelo sofrimento do outro, podemos ir contra os seus outros direitos e podemos, sobretudo, ir contra os direitos dos outros” (TUGENDHAT, 199.p.185) .

Uma segunda crítica à abordagem de Schopenhauer foi lançada por Irwin (2010). Segundo Irwin, a compaixão sozinha não proporciona uma base satisfatória para a moralidade, pois ela precisa ser regulada por outras considerações que não se reduzem à compaixão. Além disso, ele aponta outro problema na proposta de Schopenhauer: a exclusão de toda forma de egoísmo no âmbito moral, isto é, as ações morais não podem trazer consigo a presença de qualquer elemento de interesse daquele que exerce a ação moral; se acontecer o contrário - houver presença de alguma motivação no agente moral - necessariamente, a ação está fora da “área moral”.

Irwin utiliza o exemplo da promessa como forma de demonstrar que aquele que exerce o ato de prometer tem em mente a vantagem mútua - o benefício de ambas as partes envolvidas. Assim, segundo o autor, Schopenhauer teria de renunciar às promessas, uma vez que questões pertinentes à moralidade não envolvem questões que exigem algum interesse parcial de diferentes pessoas com temas relacionados à justiça. Além disso, Irwin reconhece que a descrição que Schopenhauer faz das bases metafísicas da moralidade fornecem um fundamento adequado para a regulação da compaixão, mas esses fundamentos metafísicos parecem pôr em risco a própria moralidade. A sua base metafísica para a moralidade parece estar equivocada, pois, o pressuposto para que uma ação tenha valor moral deve levar em consideração apenas bem do outro e não daquele que também exerce a ação moral. Essa formulação é, segundo Irwin, irrelevante já que a distinção entre os fenômenos é apenas uma ilusão, como Schopenhauer sustenta em sua metafísica. (IRWIN, 2010.p.280).

Considerações

A ética da compaixão desenvolvida por Schopenhauer permite trazermos a tona uma natureza humana que não se encontra mais emaranhada nos ditames da razão, uma natureza humana como uma espécie de espelho, onde possamos nos reconhecer e, além disso, que esse reconhecimento seja também ético - que possamos reconhecer também os outros: os “não eu” (pessoas e os animais).

É perante o adeus à “razão posta nas alturas” que damos boas vindas ao ser humano concreto que traz consigo todas as vicissitudes presentes na natureza humana, e é através dele que devemos pensar e reconstruir o que de fato constitui uma ação moral.

Com a ética schopenhaueriana podemos abandonar a imagem redutiva da vida moral, quando ela é apresentada através de uma abordagem intelectualista, como, por exemplo, a abordagem kantiana. Se admitirmos que no contexto da ação, da vida prática, não encontramos nenhuma transparência em relação às escolhas que os seres humanos precisam realizar para terem uma vida moral, se faz necessário que sejamos capazes ou que ao menos estejamos dispostos a analisar o comportamento humano como de fato ele se mostra. Como afirma Schopenhauer: “O filósofo assim como o ético deve contentar-se com a explicação e com o esclarecimento do dado, portanto com o que é”. (SCHOPENHAUER, 2001, p.23).

Referências

- CHEVITARESE, L. *A Ética em Schopenhauer: que "liberdade nos resta" para a prática de vida?* 2005, 1662 f.Tese.(Doutorado em Filosofia)- Departamento de Filosofia. Pontifícia, Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005. Acesso em 24 de novembro de 2010.
- DEBONA, Vilmar. **Schopenhauer e as formas da razão**. São Paulo: Annablume, 2010.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad.Guido Antônio de Almeida.São Paulo:Barcarolla e Discurso Editorial,2010.
- HORKHEIMER, M. **O pensamento de Schopenhauer em relação à ciência e à religião**. Tradução Flamarion Caldeira Ramos. In: Cadernos de Filosofia Alemã XII. São Paulo: Departamento de Filosofia – USP. 2008.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**. Tradução Jair Barbosa.São Paulo:Unesp,2005.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o fundamento da Moral**. Tradução Maria Lúcia Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2001;
- SCHNÄDELBACH, Hebert. **Filosofia em Alemanha: 1831-1933**.Trad.Pepa Linares.Madrid:Cátedra,1991.
- TERENCE, Irwin. **The development of Ethics: A historical and Critical Study**. Oxford: 2010.
- TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes. 1999.